

Briet, antílope e linguagem: uma leitura da análise e da crítica da análise neodocumentalista

GUSTAVO SILVA SALDANHA

*Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia /
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

REFLEXÕES PRELIMINARES

Se tomado como princípio filosófico do fazer do organizador dos saberes, o pragmatismo, presente no “neodocumentalismo”, pode redimensionar o ângulo das práticas informacionais de maneira radical. Esta mudança de ponto de vista, no entanto, não pode ser tomada como absoluta se verificada sua existência em práticas atuais, potencializadas pelas tecnologias que permitem interação, como também por fazeres antigos, principalmente aqueles fundados na construção dos serviços dinâmicos de referência, ainda no século XIX. A proposta deste trabalho é demonstrar o que significaria, de fato, em termos filosóficos, esta “transformação radical” de uma prática informacional impulsionada pelo pragmatismo.

Antes de iniciar a discussão, cumpre-nos equilibrar o discurso com o seguinte argumento: as condições de uma filosofia atuante no âmbito de práticas remotas e contemporâneas não significa a imposição de um paradigma, ou sua comunhão “natural/naturalizada”. Não é possível, nas ciências sociais, a definição de um modelo único, ou mesmo, o compartilhamento de um modelo razoável de maneira unívoca, dada as nuances tanto da subjetivi-

dade, quanto da intersubjetividade cambiante que se estabelece neste terreno.

Diante destas condições, o estado do fazer de um organizador dos saberes não se estabelece na “radicalidade” de uma tomada de posicionamento, mas, o que tratamos por “radical” é a margem de possibilidades de interpretação que se abre para pensar uma prática profissional e científica. Está em jogo, aqui, permitir-se pensar uma filosofia, permitir-se verificar sua manifestação já corrente em algumas intervenções na realidade, permitir-se imaginar sua “radicalidade”.

DO PRAGMATISMO DO USO AO CARÁTER SIMBÓLICO DA LINGUAGEM DINÂMICA

De um modo geral, tomada a consciência pragmatista como modelo de pensamento, aceita a pragmática como filosofia e como operação, o que temos são duas conclusões que, ao longo do texto, procuramos elucidar:

- O documento não existe, senão como uso;
- A representação não é lógica nem socialmente possível, o que nos faz determinar a impossibilidade representacional da informação.

O que perceberemos é que, se reconhecidos e temporariamente compartilhados os preceitos do pragmatismo fundado no “neodocumentalismo”, principalmente aqueles que postulam a linguagem como pêndulo onde oscila o mundo – isto é, o que nós, “seres de linguagem” (ordinária, primeiramente), chamamos “mundo” –, perceberemos a vigência de uma ilusão nos estudos da informação em torno do conceito de documento e da ideia de representação. Pensemos, por exemplo, na “biblioteca” de Ranganathan (1931) ou na “escritura” de Estivals (1981): elas não existem em si, não “são” antes de serem apreendidas pelo leitor.

A retomada do posicionamento de Paul Otlet (1934) e de Suzanne Briet (1951) por autores como Ronald Day (2001) e por Bernd Frohmann (2009) nos parece singular para pensar a questão da pragmática no âmbito da CI exatamente porque estão em jogo aqui as noções de documento e de representação em um de seus mais amplos espaços de discussão. Fundamentalmente, estes autores nos fazem perguntar: é o “neodocumentalismo documentalístico”? É o “documentalismo um bibliologismo”?

Assim como Capurro (2003) havia feito com a noção de “informação” dentro da CI, Frohmann (2009) propõe (ou verifica as possibilidades de fazê-lo) a construção de uma “documentação” e do “documento” sem a pergunta pela sua definição. O autor chama de motivações filosóficas, a saber: um ponto de vista instrumental, que facilitará o cotidiano de trabalho; um ponto de vista filosófico tradicional, devotado à definição a partir das características significativas da coisa; um ponto de vista de uma filosofia fundamentalista da linguagem, estruturada na noção de sentido como baseada no uso. De certo modo, Frohmann (2009) tenta escapar do que chama de “ortodoxia wittgensteiniana”, baseando-se em Hilary Putnam, trabalhando com a noção que estabelece os usos das palavras sem apoio de pontos de vista fundamentalistas sobre a linguagem.

A crítica frohmanniana aos seguidores ortodoxos de Wittgenstein (1979) está na sustentação de que os critérios nos oferecem as justificativas para aplicação das palavras no mundo. Deste modo, os critérios devem “já estar”, para afirmarmos que algo é algo, ou seja, para definirmos este algo. Nesta perspectiva, nunca fazemos julgamentos sem critérios. Para Frohmann (2009), revisões do pensamento de Wittgenstein (1979), como aquela de Putnam – O legado de Wittgenstein: pragmatismo ou desconstrução –, trazem à tona as críticas da posição ortodoxa em relação à justificação. Em outras palavras, a justificação nem sempre faz sentido – há casos em que, no exemplo wittgensteiniano, não faria sentido chamar um cachorro de animal.

Em linhas gerais, o que Frohmann (2009) está atentando contra Wittgenstein (1979) é que nem sempre critérios, regras e defi-

nições podem ser executados para fins particulares, que nós em geral não somos obrigados a fornecê-los, que não há ambiguidade generalizada na linguagem que venha a ameaçar o pensamento e a comunicação. Sua procura está na possibilidade de pensar documento/Documentação sem regras, sem definições – pensar o conceito de documento sem a pergunta “o que é documento”. Temos aqui o confronto e a conciliação entre uma filosofia do documento e uma filosofia da informação.

Entrecruzar a filosofia da informação e a filosofia do documento é: perceber que o *material* ou a *materialidade* – enquanto manifestação do conceito de “estabilidade”, durabilidade – não é a sensibilidade tátil. Esta é apenas a relação de prova/evidência que está na Filologia e nos primórdios da Bibliologia. E ao mesmo tempo, que o *imaterial* não é a ausência de uma relação de contato sensível – ou seja, a informação não é subjetiva ou imaterial pelo fato de não estar fisicamente presente.

A “unificação” – se isto for possível – de uma filosofia da informação e de uma filosofia do documento está naquilo que chamaríamos de *matriz bibliológica*, ou de coração da Bibliologia do século XIX, desenvolvida por Otlet (1934) no *Traité*: o objeto privilegiado dos estudos da OS, seja ele qual significante receber, é resultado de uma camada discursiva em movimento cuja “materialidade” – que aqui significa nada mais que “aparente estabilidade” – está em um breve encontro intersubjetivo de abertura discursiva de ouvintes/falantes em um dado marco espaço-temporal. Assim como a “informação”, este objeto não é imediatamente sensível – não é tridimensional. Assim como o documento, este objeto é ao mesmo tempo sensível – ele “aparentemente pode ser tocado”, ele aparentemente pode “ser escutado”.

A afirmação “não existe o documento”, “não existe a informação” deve ser tomada como: o que podemos afirmar é que existem acordos tácitos que provocam sopros simbólicos de materialidades – quase-coisas, “quase-possibilidade” da coisa. Em outras palavras, a retomada do documento não pode ser reconhecida como a nova reificação – a crítica de Frohmann (2009) ao cognitivismo se aplicaria novamente ao “neodocumentalismo”

que o mesmo professa se tomássemos o documento como “objeto excelente”, seja da Documentação, seja da CI. Não se perguntar pelo “que é documento” já é fazê-lo. Na medida em que falamos “documento”, como diz Wittgenstein (1979), algo já deve estar preparado na linguagem ordinária com a qual formula a questão.

O que nos parece ser aquilo para o qual o “neodocumentalismo” nos convoca é a percepção das possibilidades abandonadas por um discurso unívoco sobre a descrição do objeto do campo da OS. Neste sentido, o “neodocumentalismo” é o “antineodocumentalismo”, ou seja, é fazer não viver as coisas pelo mesmo tom, mas demonstrar como podemos aprender a criar dentro da epistemologia da OS, muito antes dos discursos organizados sob a expressão “ciência da informação”. O “neodocumentalismo” é a superação não apenas da “ciência da informação” e da “informação”, mas, também, a superação da “documentação” e, por fim, a superação da Bibliologia otletiana. Mas, sempre com a possibilidade de inversão no percurso crítico: aprofundar o “neodocumentalismo” é provar suas raízes anteriores ao documentalismo, é mergulhar nas instituições e nas práticas modernas, renascentistas, medievais e antigas da OS, e demonstrar os desvios e os estreitos de nossa construção epistemológica. E, ao mesmo tempo, aprofundar o “neodocumentalismo” é olhar para o futuro do que chamamos “ciência da informação”. Por isso identificar, aqui, “neodocumentalismo” como um “discurso”, ao lado de “ciência da informação”, “documentação”, “biblioteconomia”, tem um papel singular.

A PAISAGEM SIMBÓLICA

Retomemos pois aquilo que o “neodocumentalismo”, à primeira vista, repostula para a CI: a “materialidade”. Em geral, na direção contrária ao *Fedro* (Platão, 2000), como visto, a OS se estabelece tomando a oralidade como perigosa, no sentido de impossibilitar a “matéria registrada”, enquanto o “livro” possibilitaria a

transmissão da memória. A questão dos riscos da transmissão da mensagem oral – que é alertada por Lund (2009) – por conta da efemeridade de sua “materialização volátil”, nada tem de risco maior do que as inúmeras interpretações que um só documento pode receber. É isto que uma noção de “materialidade” que tratamos aqui procura alertar: não é a “materialidade” (fiscalismo) da “matéria em si” – o objeto propriamente dito em sua tridimensionalidade, o documento, a carta, o mapa – que nos interessa preservar e disseminar, mas também as “colagens” que são feitas sobre o documento, na espécie de *dadaísmo simbólico* que se dá pelo uso com um só objeto no tempo.

Esta relação ficaria mais claramente assim explicitada: como preservar e/ou conceder acesso a) além de uma fotografia original (memória da genuinidade e/ou da integridade), b) além do conjunto de reproduções deste documento (memória das técnicas miméticas e de seus resultados) e c) além ainda das formas de apropriação (tratamento) deste documento no tempo sua “mais declarada” materialidade (memória de uma sociologia do trabalho do documentalista por exemplo): aquilo que os indivíduos, no tempo, disseram significar, a partir do uso, esta fotografia? Isto, acreditamos, o “neodocumentalismo” de Frohmann (2009) aborda: ao olhar um antílope no zoológico, os visitantes tecem redes de relações com outros documentos, que se multiplicam e recriam o próprio documento. Aplicações de métodos folksonômicos no âmbito das classificações parecem-nos, em certo sentido, indicar a aproximação à margem de instabilidade que o simbolismo parece provocar sobre a coisa (documento) e sua representação (informação), quando, na verdade, é ele, o complexo simbólico, e não o documento ou a informação, o “o que” que estamos a tratar.

Como nos lembra Jacob (2008, p. 12), tanto a erudição – uma “leitura nobre”, diríamos – como a organização dos objetos que serão lidos – a práxis do organizador dos saberes, uma leitura intermediária, poderíamos dizer – como também (acrescentamos) a grande e contínua leitura, a “leitura ordinária”, criam (e não recebem, posição fiscalista; e não são alterados, posição cogni-

tivista) o documento (esta, a posição, em um primeiro momento, bibliológica, seguida por Estivals [1981]).

As práticas da leitura erudita, indissociáveis da escrita (notas de leitura, comentários, redação de novos textos, produção de conhecimentos globais por adição e síntese de informações parciais etc.) *refletem a organização da biblioteca e resultam diretamente de seus recursos*, bem como da dinâmica das conexões que ela permite entre os livros e com os objetos do mundo, por seus princípios de classificação, pelos critérios de constituição de suas coleções, por seus catálogos. *Cada leitor é levado a desenvolver estratégias de apropriação e de memorização*, através das quais o saber extraído dos livros é reelaborado, classificado, pronto para ser novamente mobilizado na escrita de novos textos, instrumentos de pesquisa, de reflexão e de compreensão do mundo. *As notas de leitura, as coletâneas de 'lugares-comuns' da Renascença, as referências bibliográficas, as anotações marginais e as sinalizações hipertextuais facultadas pela escrita eletrônica* são outros tantos procedimentos mnemotécnicos que impõem uma ordem quase cartográfica aos percursos nos livros, tornam cumulativo e reativável o saber assim colhido, fundam uma *pragmática e uma economia da leitura*. Todo novo livro mantém uma relação de homologia com a biblioteca que o tornou possível e pensável: resume-lhe o saber adquirido, traça um percurso em suas coleções e desdobra em torno de si uma rede de alianças, anterioridades e autoridades por intermédio das citações, da exegese, até mesmo da polêmica. *Pode também aspirar a tornar os saberes da biblioteca móveis, sinóticos, ou mesmo a substituir a biblioteca, opondo às vertigens da acumulação e do labirinto as certezas intelectuais de um saber fechado, delimitado e estruturado (os dicionários, as enciclopédias)*. (Jacob, 2008, p. 12, grifo nosso)

Faz-se necessário, no entanto, rever também esta visão bibliológica: o modelo do pensamento bibliológico estivalsiano não se relaciona ainda com um discurso do simbólico permitido pelo enlace entre Bibliologia, Retórica e Filologia – ou, se existe esta relação, ela é parcial e precisa ser pontuada. A posição de Estivals

(1981) é: só existe o livro (o documento) se existe seu uso. Esta é a posição pragmatista clássica. Se tomada como parâmetro a força do caráter simbólico que se irrompe desde a Antiguidade na prática da OS, reconhecer que o uso é, antes, uma operação simbólica. Desta forma, o próprio documento, reconhecido como tal – esta carta é um documento –, já ganha a noção que Estivals (1981) pretende dar ao tratar do caráter comunicacional dos artefatos que registram os saberes.

Isto coloca as duas posições bibliológicas como parte de um processo único: o “documento” pode ser “documento”, pois foi documentado (posição otlet-brietiana), e também pode ser “documento” uma vez que foi consultado/apropriado, mas fundamentalmente “é passível” de “documento” ser considerado posto que é simbolizado a partir da linguagem. O uso não apenas cria o documento por usá-lo, mas, antes de “pegá-lo”, já o elabora, silenciosamente, na conexão com as semelhanças de outros documentos prováveis. Examinemos mais detalhadamente: se sou comunicado da existência de um antílope e nunca, em minha vida, eu tiver contato com o antílope – se eu realizar o “uso” científico ou de lazer deste documento –, se eu não me tornar um biólogo e estudá-lo ou se eu nunca for a um zoológico em vida, eu já realizei o “uso” simbólico deste documento, posto que ele está em um nó da teia de significados que se estende ao horizonte sinuoso de minha intangível vivência discursiva. Como lembra Wittgenstein (1979), pensamos em algo “inexistente” porque o formulamos a partir de “coisas” existentes, como é o caso do centauro – que não “existe” –, mas que é feito de partes do homem e do cavalo – que “existem”.

Por outro lado, é preciso inverter a compreensão e não se deixar contaminar também pela expressão “neodocumentalismo”. Deve-se também considerar a inexistência de um “novo movimento da Documentação”. A construção da *práxis* do que estava sob o solo da CI no mundo, não apenas em tradições localizadas, como a norte-americana. Queremos afirmar que, em certa medida, não pode existir um “neodocumentalismo” senão como “documentalismo”, ou, apenas, como “ciência da informação”. Em

termos claros, é preciso perceber – e isto diz Lund (2009), diz Frohmann (2011) e outros neodocumentalistas e “não neodocumentalistas” – que a questão da Documentação não foi abandonada, por exemplo, por tradições como a francesa, a espanhola e a portuguesa. É preciso pensar que o “documento” não está, como unidade de análise, em perfeito abandono no período que vai dos anos 1960 à virada do século. O documento se traveste de novos significantes – texto, discurso, registro e, principalmente, informação.

Delimitar e analisar as confluências, semelhanças e distanciamentos destes termos e, principalmente, colocar em foco o jogo de seus significados enquanto uso, torna-se fundamental. Assim, é preciso perceber que a CI, apesar do distanciamento de sua epistemologia – ou de sua tentativa de justificativa epistemológica –, apesar de seu discurso apontar para outro caminho, a *práxis* dos estudos informacionais não alterou tanto quanto parece seu fazer: continuou com unidades de análise que tocavam, fundamentalmente, se não o documento, a questão da “materialidade” que tanto determina a afirmação de um “novo documentalismo”, ou de um retorno da Documentação.

Em linhas gerais, é preciso, fundamentalmente, quebrar a noção de “evidência” (prova) do documento, pois ela está na noção de “informação”. Esta noção resolveu na Antiguidade e resolverá no futuro apenas parte da questão, mas a *web* já nos cobra outras formas de provar nossa condição. E esta quebra pode também estar em Paul Otlet (1934). Ou seja, algumas inovações necessárias ao “neodocumentalismo” estariam não no “documentalismo”, mas na Bibliologia, no “primeiro Otlet”, menos positivista, mais simbolista – não o Otlet do entre-guerras – aquele que publica o *Traité*, mas, antes, o que imaginou o *Mundaneum* como experiência geopolítica da paz. Lembremos, novamente, Otlet (1934) chega a pensar, mesmo colocando acima de tudo a escritura, em uma “Documentação sem documentos”. E isto é considerar a nosso ver, ainda que o advogado belga não tivesse assim planejado, o caráter simbólico do *Livre* – usado em letra maiúscula – é, no século XIX, seu grande objeto de reflexão.

Se nunca, em vida, representamos um documento, o que estamos a fazer e o que faremos amanhã? De fato, não há, nesta visão, a passagem de uma coisa (um livro) para a palavra que substitui a coisa (a palavra Boitempo, referente a um livro específico). Se não existe representação, se a informação é apenas um construto temporário, um termo persuasivo do século XX, o que nos restaria na OS? O que temos é apenas uma sobreposição de camadas de linguagem. Um livro não é a coisa, como um documento também não, mas já são, antes, a linguagem que o possibilita como tal. É o seu uso que o possibilita como uso “material”.

Aqui, a “matéria” – a “materialidade”, a “fiscalidade” – nada mais é do que a possibilidade da linguagem se fazer linguagem. E esta é uma linguagem sempre por vir. É ação da linguagem do outro. A linguagem do outro é que me diz o que é, não o documento, mas o processo de documentar (um significado não da palavra documento, mas da ação temporária de documentar). Se há riscos para a redução do mundo à linguagem, há riscos para sua consideração como algo complementar, paralelo – talvez riscos maiores. Se há um equívoco no “neodocumentalismo”, é seu excesso de “documentalismo” sob novos olhares (Foucault e Latour por exemplo). Se existe uma grande contribuição do “neodocumentalismo”, é sua capacidade de nos fazer repensar toda a OS, tendo, como primeiro cais, a “monumentalidade” do que está “por trás”, e não apenas “na” Documentação. Façamos, pois, uma análise da questão a partir de um texto clássico da Documentação, o *Qu'est-ce que la documentation?*, de Briet (1951).

O “FABULOSO” ANTÍLOPE DE SUZANNE BRIET

Aproximemo-nos de Frohmann (2011) novamente para avançar sobre as interpretações que o “neodocumentalismo” nos propõe. Não é a instituição que indexa isoladamente documentos produzindo novas informações, ela já é um outro “indexador simbólico do simbólico”. Em primeiro lugar, nossa própria linguagem,

rearticulada com cada “fronteira” de territórios institucionais, “reindexa” permanentemente – é por isso que uma “indexação” (a prática do catalogador de assuntos ou especialista de linguagens documentárias) sempre guardará diferenças se realizada sobre o mesmo documento em tempos diferentes. Porque não indexamos na instituição, mas na sua “fronteira provisória”: pois o caráter simbólico, a teia que nos cerca, nunca está contida em só espaço-tempo. Os jogos de linguagem se comunicam com os jogos, trocam semelhanças, redefinem gramáticas – não sou, ao indexar um livro na *Library of Congress*, um documentalista; sou também, naquele momento, por exemplo, filho de uma família protestante, que fez intercâmbio na Espanha, que sempre adorou a música francesa, que descobriu uma filosofia de vida na Índia.

A partir de Briet (1951) propomos três “movimentos”, que chamamos de “movimentos micrologológicos”, que levam até uma “microsimbólica arte da indexicalidade”:

- a) A linguagem como terceira margem ou como a própria água: o Antílope como o próprio rio em seu curso acidental. Não estamos, ao realizar uma análise na OS – uma análise documentária, ou biblioteconômica, ou informacional, de um recurso – tocando o objeto, nem suas aparências. Não estamos nem entre as margens, nem no rio: somos o próprio curso se recriando na dinâmica acidental do leito do tempo;
- b) Briet, aquela que nunca viu um Antílope: pensemos que uma mulher, a qual tratamos pelo nome Suzanne Briet, nunca viu um antílope em vida. Digamos que esta mulher teve contatos na infância com livros de ilustração ou enciclopédias que mencionaram uma “mancha”, um “traço” do possível significado de antílope (um traço verbal ou averbal, como uma ilustração). Iniciamos aqui um processo intersubjetivo de análise micrologológica: uma camada de discursos se soma a outra camada. O documento, aqui, não é nem o animal em seu habitat – o que dizia a Briet documentalista – nem ele no zoológico – o

- que, por sua vez, afirmava a Briet documentalista (no zoológico, antílope perde seu caráter “natural” e ganha caráter de “ser documentado”), mas o discurso que elabora a noção de antílope.
- c) Antílope, o fabuloso: chegamos ao simbólico. A natureza do “antílope” não é estar no seu “habitat natural”, nem na instituição (interpretação frohmanniana) que o acolhe, mas, primeiramente, o fato de “ser”, enquanto “antílope”, uma criação discursiva do homem. Os antílopes em sua coletividade, nunca se trataram como antílopes, nem se perguntaram por suas características orgânicas, nem se classificaram na cadeia alimentar, nem discutiram socialmente os problemas causados por sua condição uma vez confinados em zoológicos, nem refletiram sobre a ética do uso de sua imagem em gabinetes de curiosidade. “Antílope” é, pois, uma elaboração discursiva que coloca a aproximação do significante, do significado e da “coisa” “antílope” no domínio do “pré-documentado”. Concordamos, agora, com Briet (1951), que o documentado é, pois, aquele que está “institucionalizado”? Não, este, e mesmo o documento “pré-institucionalizado”, já é um pós-documentado. Discutiremos esta condição. A “indexicalidade” brietiana prova, na verdade, que o documentar é um processo congênito – está no homem e é tornado saber na Bibliologia –, a medida em que se sustenta em um imperativo mimético – logo, a “institucionalização” é uma “estação de sentido” do documentado na órbita do simbólico (aqui ou ali o antílope – palavra, significado, coisa – está só passando por um novo processo de *redocumentação*, que ressignificam enquanto uso).

Como lembra Frohmann (2004, 2009) percebemos com Briet (1951) que objetos físicos, como um antílope, podem ser documentos. A questão é dada por um “lugar”, uma “espacialidade institucional” que concebe o documento como tal: exemplo, a transferência de um animal da savana para o zoológico. Temos,

desta maneira, que documento é, antes, um deslocamento de contexto somado à apropriação via uso – o que estaria, em certa medida, na filosofia do livro de Estivals (1981). Mas é importante o que está por trás: este objeto transferido de contexto – recontextualizado – sofre a “migração” para se tornar “evidência” de algo. É nesta “outra espacialidade” que o objeto se tornaria documento em razão do processo de indexicalidade.

Temos, aqui, segundo Day (2001), o significado de “documento” como prova, mas não apenas a prova/evidência positivista (como em geral é interpretada esta visão brietiana). Trata-se, no ponto de vista do neodocumentalista, de um olhar que também abriga abordagens filosóficas e linguísticas – ou apenas semióticas. Day (2001, p. 23) afirma a vigência desta característica a partir da apreensão da noção de “índice” presente na obra da *Madame Documentation*. Os documentos são aqui vistos como relações indexicais com outros documentos, somadas às relações de representações de (ainda) outros documentos, como registros bibliográficos e metalinguagens. Mais do que isto, Day (2001, p. 24) nos demonstra que, definido dentro de uma rede, o documento pode entrar metaforicamente em outras redes, ou simbolizar metonimicamente ou alavancar uma rede existente.

O “documento” brietiano é, deste modo, um conjunto de provas ou fatos estabelecidos a partir de redes institucionais de linguagem. Em outras palavras, temos aqui que o documento só pode ser definido dentro de uma rede ou de várias redes de relações indexicais, onde o objeto documentado é transformado como objeto semiótico dentro de uma rede de produção. (Day, 2001, p. 24)

Existe uma camada de discursos que conduzem o homem a tratar algo que vê como “antílope” – não é a verdade semântica que está presente na ideia (antilopidade) de antílope ou na consciência daquele que classifica. Retomemos o início da análise brietiana:

[...] uma nova espécie de antílope foi encontrada na África por um explorador que conseguiu capturar um indivíduo de volta à Euro-

pa para o nosso jardim zoológico. Uma reportagem sobre o evento é relatado por jornais, rádio, cinema noticiários. A descoberta é o objecto de uma comunicação à Academia de Ciências. Um professor de Museologia inclui o assunto em sua disciplina. O animal vivo é enjaulado e catalogado (zoológico). Depois de morto ele vai ser recheado e preservado (o Museu). Ele é emprestado para uma exposição. Ele vai ao cinema. Seu silvo é salvaguardado no disco. O primeiro estudo de caso é usado para estabelecer parte de um tratado com tábuas, em seguida, uma enciclopédia especial (zoológico), em seguida, uma enciclopédia geral. Os livros são catalogados em uma biblioteca, tendo sido anunciada em livrarias (catálogos das editoras e Bibliografia da França). Os documentos são copiados (desenhos, aquarelas, pinturas, estátuas, imagens, filmes, microfilmes), e selecionados, analisados, descritos e traduzidos (produção documentária). Os documentos relativos a este evento estão sujeitos a uma classificação científica (fauna) e uma classificação ideológica (classificação). Finalmente, sua conservação e utilização são determinados por meio de técnicas e métodos gerais aplicáveis a todos os documentos, gerenciamento de trabalho em associações nacionais e congressos internacionais. (Briet, 1951, tradução nossa, grifo nosso)

Paremos na abertura do clássico exemplo de Briet (1951) para compreendermos a amplitude de uma “economia documentária”. Em nosso grifo, atentamos para o primeiro – e talvez o único – equívoco da *Madame Documentation* se pontuada a visão simbólica. Só existe “nova”, “espécie” e “nova espécie” se determinamos, em um dado contexto, dentro de uma certa comunidade, o que pode vir a ser “antílope”. A “savana” já é uma instituição social, antes de um “habitat natural em si”. Construimos uma densa e poluída camada de usos sobre significantes, significados e coisas que giram em torno da atmosfera simbólica que a ideia “antílope” abriga, e passamos a tomar cada nova “aparição” de algo semelhante como outro estrato – outro conjunto de estratos – para compor o “discurso sobre o antílope”. A longa e sinuosa cadeia mimética que se irrompe a partir da “descoberta” na, verdade, é um estágio de outra longa e sinuosa linha de construção

simbólica do que pode vir a ser a noção de “antílope”. E nos perguntamos: mas Briet (1951) está certa ao afirmar que o “antílope institucionalizado” é o “documento inicial” e outros são derivados deste documento? Sim e não. Sim: a Documentação atuará a partir deste documento. Não: a Documentação não está concentrada (apenas) neste documento, mas nas possibilidades de determinar que isto – uma fotografia, por exemplo – pode ser um documento.

Primeiro movimento: a linguagem como terceira margem

Para Lund (2009), a teoria brietiana do documento tem uma relação direta com a semiótica de Charles S. Peirce (1839-1914), principalmente, com relação aos seus três tipos de signos: ícone, índice e símbolo. Os ícones são tratados como semelhanças; os índices, como indícios que mostram algo sobre as coisas; por fim, encontramos os símbolos ou sinais gerais, que se associam aos significados pelo uso – estariam aqui a maioria das palavras, frases, discursos, livros, bibliotecas. Retomemos o pensamento foucaultiano. Como aponta Foucault (2002, p. 48), no contexto do século XVI, linguagem e natureza são noções que se entrecruzam e não podem ser desligadas uma da outra. Em outras palavras, linguagem é natureza. Deste modo, animais, plantas ou estrelas são, antes de coisas, um complexo de manifestações simbólicas, derivadas das afinidades e das conveniências da linguagem.

Pensar a condição simbólica da linguagem leva-nos a rever os pressupostos do documentalismo presente em Otlet (1934) e principalmente em Briet (1951). A possibilidade aberta pela famosa abordagem da *Madame Documentation* para explicação do conceito de documento, utilizando para tal o antílope, conduz-nos à virada no olhar documentalista. Se seguimos os passos do neodocumentalista Lund (2009), a “Briet semióloga” – e, neste caso, por que não, pragmatista – nos permite perceber que há uma construção simbólica dos documentos antes de serem documentados. O mesmo poderia ser dito: há uma “documentação prévia” – aquilo que em Wittgenstein (1979) já deve estar preparado na linguagem –, seguida de um conjunto de práticas

documentárias que não podem ser abarcadas no tempo, como a primeira. Não sabemos precisamente quando nasce o documentado (pois a institucionalização não é um congelado, é apenas uma *outra* institucionalização), nem quando ele deixará de o ser, pois a “realidade” como “manifestação do homem” se dá a partir do momento em que usamos a linguagem para construí-lo.

A terceira margem do antílope é sempre esta margem por vir que traz coisas dos desvios e dos obstáculos anteriores (de um tempo imemorial): trata-se de um complexo de dispositivos móveis, uma teia agitada que se estabiliza apenas em momentos de poder consensual que, em geral (mas nem sempre) tratamos por instituições (aqui, para a visão brietiana, teríamos, enfim, o primeiro documento). Não, o documento já chega documento ao documentalista – e sofrerá, agora, uma nova *trans*documentação, posto que cada nova apropriação funda um novo documento dentro do documento (um livro sobre o livro, diria Paul Otlet). A “gramática” que a indexicalidade promove é, sempre, uma “gramática por vir”, transversal e ordinária.

Segundo movimento: Briet, aquela que nunca viu um antílope

O imaginário simbólico, um composto de linguagens sobrepostas que vão de construções mentais (lembremos outra vez Wittgenstein (1992): podemos pensar em um animal fabuloso, mas com partes de animais já dados em nossa vivência discursiva; exemplo: o centauro – é meio homem, meio cavalo) regidas pela intersubjetividade até tentativas de determinações de identidade, *recria* o documento. O “antílope” do zoológico deixa, no ato de entrada no zoológico, de ser “antílope”: é agora um outro discurso. Mas este *outro* antílope é derivado de *outro* antílope: outras “indexações” fizeram com que palavra, significado e coisa já fossem tratadas como passíveis de serem documentadas.

Perguntemo-nos: como uma mulher chamada Briet sonhou o Antílope? Não é necessário à *Madame Documentation* o “contato direto” com antílope para documentá-lo. Não é necessário

posto que é impossível este deslocamento: em primeiro lugar, o antílope só existe como “documentado”, não podendo (nem o nome “antílope” nem o “ser vivo” em questão) receber um “contato direto”, como se pudéssemos contemplar a ideia de antílope a cada prática documentária. O sonho de Briet com um “ser vivo” que nunca viu e que está prestes a indexar (sem o contato com a “coisa”, ou sua “materialidade primeira”, como seu pelo, sua ossatura, sua carne) se dá a partir de um jogo de semelhanças (indícios peirceianos) que se estabelecem segundo a visão de um determinado uso (simbólico).

O bibliotecário, o documentalista, o cientista da informação, todos vivem a “ilusão do contato imediato” com o objeto, seja pela sensibilidade, seja pela consciência. Esta ilusão é provocada pela teia simbólica da linguagem. Eis o *Livre* simbólico de Otlet (1934), o Livro do Mundaneum. Como aponta o “pós-estruturalismo” de Foucault (1971, p. 19), influência objetiva do neodocumentalista, “os limites de um livro não são claros nem rigorosamente traçados: nenhum livro pode existir por si mesmo; está sempre numa relação de apoio e de dependência em relação aos outros; é um ponto em uma rede; comporta um sistema de indicações que remetem – explicitamente ou não – a outros livros, ou a outros textos, ou a outras frases.”

A partir daí podemos concluir o sonho de Briet: não é o documento uma prova, uma evidência, pois não existe nem o documento, nem a prova, nem mesmo a verdade de cada um, mas uma teia de significados provisória, que se desintegra e, ao fazê-lo, leva consigo o documento, sua “vivência” como prova, seu delírio de “verdade”. Voltando a Foucault (1971, p. 19), “é inútil dar-se o livro como objeto que se tem sob a mão; é inútil encarquilhá-lo nesse pequeno paralelepípedo que o encerra; sua unidade é variável e relativa: ela não se constrói, não se indica e, por conseguinte, ela não se pode descrever senão a partir de um campo de discurso”. O significante, o significado, a coisa são apenas aproximações dadas pelo uso, manipuladas pelas semelhanças.

Terceiro movimento: Briet e o antílope, o fabuloso

Na etimologia, antílope responde pelo grego *anthólops*, que significa um animal fabuloso, das margens do Eufrates, muito selvagem, difícil de apanhar, com chifres capazes de cortar árvores. *Anthos* quer dizer em grego “flor” e *ops* quer dizer “olhos”. Percebamos: a etimologia, domínio estritamente lingüístico, participa ativamente da construção de uma “cientificidade” bibliológica no século XIX. Poderíamos tratar aqui de uma “primeira indexicalidade (impura)”. A etimologia não nos conta a verdade – a essência, a quidade – de um ente, mas as possibilidades de apropriação dele, pela linguagem, ao longo do tempo. Chegaremos à seguinte construção: para o caso analisado, dois “antílopes” se destacam:

- Antílope: “um” animal fabuloso na mitologia grega;
- Antílope: “uma” fabulosa metáfora de Briet.

O antílope é fabuloso não apenas por ser uma construção da linguagem da mitologia, mas também das ciências naturais, mas também da Documentação. Percebamos como o conceito de antílope como documento produzido por Briet multiplica-se em comentários, exegese, discursos, como em Buckland (1991), Frohmann (2004, 2009), Day (2001), Lund (2009). Pois bem, não é a ancestralidade mitológica que faz do “antílope” (coisa, nome, significado) um rastro de linguagem – uma manifestação simbólica – nem é o uso da representação pelas ciências descritivas fundadas no representacionismo dos séculos XVII e XVIII que nos permitiria afastar coisa e palavra. Também o exemplo de Briet (1951) a partir da metáfora do antílope não o é simbólico “puro”. O que temos é que, cada qual a seu modo, cada uso aplicado à palavra “antílope” – somado ao complexo de camadas de interpretações sobre este significante – dá ao termo uma complexa teia de significados que simultaneamente nos “afasta” da “coisa” – o pretense “ser vivo” “antílope” – e nos coloca diante dela, a sua semelhança pragmática no contexto dado, “verdadeira” “materialidade” que nos interessa – nossa imaginação imediatamente

indexa a quase-coisa dentro de nossa memória. Insistimos em Wittgenstein (1979): algo estava preparado (intersubjetivamente) em nossa linguagem, senão não poderíamos classificar.

Finda-se aqui, a relação mais estrutural da noção de “documento” brietiana: o documento como *status* de evidência, prova. Não é o documento uma prova, mas a prova é um “documentado”. Pensemos: se “antílope” é, antes de um “ser vivo”, um termo simbolicamente compartilhado por imaginários, antes de afirmamos que o “ser vivo” para o qual apontamos agora com o dedo é um “antílope”, que prova a “existência” do mesmo ou dá subsídios para o estudo disto ou daquilo, a própria “prova” é um processo discursivamente elaborado por uma comunidade, ou uma sociedade, documentada no imaginário, e, depois, aplicada a outros discursos, como o discurso sobre as coisas, do “desdobramento” documental que é, no fundo, uma mimese do simbólico, antes de uma mimese material.

Em que resultaria a análise proposta: no fim de uma noção de “materialidade” documentalista sobre o documento (e, mesmo, de uma noção de “materialidade” a partir da “informação” que aparece não só em Buckland (1991), mas até mesmo em Luciano Floridi (2002, 2004), se pensada a informação aplicada que há na Filosofia da Informação). Lund (2009) concorda que os documentos secundários – e nós afirmamos: também os “primários” – tornam-se a base de um complexo de outros documentos, como catálogos, gravações sonoras, monografias (sobre antílopes), que, por sua vez, segundo o autor, podem ser considerados como sinais simbólicos que não têm uma ligação direta com o objeto principal – o “antílope da savana africana” –, mas são dependentes de diversos fatores, inclusive das relações intersubjetivas do documentalista.

Em sentido estrito, o “documento” não existe, posto que, pensá-lo, é pensar o *outro*--documento. Trata-se do documento por vir, aquele que está inserido no contexto *a posteriori* dos afetos que são impregnados em sua pretensa materialidade. Trata-se do documento como potência simbólica, força plena de dinâmica e desenvoltura. Não abandonamos, porém, aqui, os “sa-

beres tradicionais da materialidade” da OS, como Obras Raras e Preservação. Ao contrário, demonstramos que, quando estamos descrevendo uma obra rara ou quando estamos preparando a velatura para um manuscrito, não é a obra rara que estamos descrevendo nem é o manuscrito que estamos protegendo preventivamente: é na verdade um castelo discursivo que nos leva tanto a conceber aquilo como “obra” e “obra rara” e isto como “manuscrito” e “manuscrito a ser salvaguardado” como nos propõe que por cima, por trás, pelos lados, por dentro, por fora, por todos os ângulos (continente, conteúdo e a outra, a outra margem), estamos “tocando” uma “materialidade” que não “está” “ali”, na obra, no manuscrito, no blog, no perfil de um usuário em sua página em uma rede social, mas “está” “aqui”, na performance desta e daquela cultura discursiva que reelabora sua teia de lastros de linguagem, tomada, esta teia, como a “morada” da “proto- -existência” destes lastros.

Ainda: tanto não abandonamos os saberes tradicionais da “materialidade” como postulamos sua mais urgente vivência *ultra*-material: é preciso “toda uma materialização” do mundo digital. Em outros termos, a “materialidade”, em sua expressão simbólica, atinge uma expressão hiperbólica com a *web*: é necessária uma ampla abordagem do conceito de “raridade” dos documentos digitais, é necessário amplo desenvolvimento prático de habilidades para salvaguarda/preservação do hipertexto. Retomamos aqui a “questão da materialidade” atentada por Lund (2009): como garantir a fixação/durabilidade do documento digital? Estamos na mesma encruzilhada, porém com diferentes obstáculos. Cai por terra, sim, uma cronologia da cadeia mimética: primeiro documento, documento inicial, segundo documento... Não faria sentido, em um mundo simbólico, conceber um objeto como primeiro, a não ser por sua chegada a uma instituição (um caráter arbitrário de consecutividade de uma dada instituição).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da Bibliologia para a Documentação e para a CI nos permite um método para conhecer o mundo: só existe a terceira margem do antílope na tradição da OS, ou seja, não temos o seu interior ou sua forma – o que temos é viscosa camada discursiva que cobre a noção de antílope, camada esta desdobrada no *double documental* dos “espíritos” que é desenvolvido pelas práticas de OS. Briet (1951) não deixa de considerar o “antílope” ainda em seu habitat como um documento: ele é, sim, o documento inicial. Mas o é no seu processo de transferência. Não pode sê-lo, na visão brietiana, antes.

A “nova técnica cultural da documentação” cria, segundo Briet (1951), uma instituição cultural para os cientistas: os centros de documentação. São estes centros “indústrias de indexicalidade” que representam a “economia do simbólico” no campo científico – resumindo, classificando, comentado, entrecruzando, produzindo, segundo a *Madame Documentation*, traduções, análises, boletins, arquivos, catálogos, bibliografias, fotografias, resumos, como se dava (agora os dados tecnológicos posteriores) nas bibliotecas antigas e medievais, os saberes dispersos entre as palavras e as coisas. Para esta explicação, Frohmann (2009) recorre à metáfora da linguagem em Wittgenstein (1979): os fenômenos designados pelas palavras representam o desenho de um texto familiar (de discursos construídos a partir de semelhanças de família) que está disperso em um fio frágil de uma corda que se torna cada vez mais “sólida” – diríamos “material” –, compondo uma sobreposição de discursos que resultam em uma corda robusta.

É aqui que, acreditamos, o “neodocumentalismo” nos apresenta o seu *neo*, afastando-se do documentalismo da “prova”, da “verdade”, ou seja, do positivismo otlet-brietiano. A visão wittgensteiniana, revela Frohmann (2009), coloca o conceito de “evidência” sem força argumentativa. A metáfora é apropriada na visão frohmanniana para a tentativa de explicação de como o mundo documental está presente nas construções discursivas do homem e se interpenetram na própria definição destes discursos.

El ser, conocer y hacer en bibliotecología...

O que é um documento, afinal, pergunta-se, enfim, Frohmann (2009, p. 301): “is more like seeding rhizomes than growing a tree”. A resposta, deleuziana, é também wittgensteiniana: a realidade como este discurso que vai, aos poucos, multiplicando-se indefinidamente sem origem, sem presente, sempre por crescer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Briet, S. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951.

Buckland, M. “Information as thing”, *Journal of the American Society of Information Science*, v. 42, n. 5, pp. 351-360, jun. 1991.

Capurro, R. “Pasado, presente y futuro de la noción de información”. In: Encuentro Internacional de Expertos en Teorías de la Información: un enfoque interdisciplinar, 1., 2008, León. [Anais...]. León: Procyto: BITrum, 2008.

Capurro R.; Hjørland, B. “The concept of information”, *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 37, pp. 343-411, 2003.

Capurro, R. “What is Information Science for? A philosophical reflection”, In: P. Vakkari; B. Cronin (Eds.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives*. In: International Conference for the Celebration of 20th Anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland. 1991. *Proceedings*. London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992, pp. 82-96.

Briet, antílope e linguagem: uma leitura da análise...

- Capurro, R. "Informationsethos und informationsethik ö Gedanken-zum verantwor-tungsvollen Handeln im Bereich der Fachinfor-mation [Information ethos and information ethics ö ideas to take responsible action in the ¢eld of information]", *Nachrichten für Dokumentation*, v. 39, pp. 1-4, 1988.
- Day, Ronald. *The modern invention of information: discourse, his-tory and power*. Illinois: Southern Illinois University Press, 2001.
- Estivals, R. "A dialética contraditória e complementar do escrito e do document", *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, pp. 121-152, set. 1981.
- Estivals, R. "Història de la bibliologia". *Item: Revista de Bibliotecono-mia i Documentació*, Barcelona, n. 11, pp. 25-41, 1992.
- Floridi, L. "On defining library and information science as applied philosophy of information", *Social Epistemology*, v. 16, n. 1, 37-49, 2002.
- Floridi, L. "Afterword library and information science as applied phi-losophy of information: a reappraisal", *Library Trends*, v. 52, n. 3, pp. 658-665, 2004.
- Foucault, M. *et al. Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- Frohmann, B. "Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information", *Library Trends*, v. 52, n. 3, pp. 387-407, win. 2004.
- Frohmann, B. "Revisiting 'what is a document?'" , *Journal of docu-mentation*, v. 65, n. 2, pp. 291-303, 2009.

El ser, conocer y hacer en bibliotecología...

Frohmann, B. "Reference, representation, and the materiality of documents". In: Colóquio científico internacional da Rede MUSSI Mediações e hibridações: construção social dos saberes e da informação. Anais... 2011. Toulouse: Université de Toulouse 3, 2011.

Jacob, C. "Prefácio". In: M. Baratin; C. Jacob, *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2008, pp. 9-17.

Lund, N. W. "Document Theory", *ARIST*, v. 43, n.1, pp. 1-55, 2009.

Lund, N. W. "Document, text and medium: concepts, theories and disciplines", *Journal of Documentation*, v. 66, n. 5, pp. 734-749, 2010.

Platão. *Fedro ou Da Beleza*. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

Otlet, P. *Traité de documenatation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelas: Editiones Mundaneum, 1934.

Ranganathan, S. R. *As cinco leis da Biblioteconomia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

Wittgenstein, L. *O livro azul*. Lisboa: Ed. 70, 1992.

Wittgenstein, L. *Investigações Filosóficas*. 2o ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.